

Despacho n.º 5284/2008**Lista n.º 154/07**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Janeiro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Data de nascimento

Sergio Luiz Antonio da Costa Oliveira	25-6-70
Marinalva da Silva Barros Salgueiro	16-5-73
Danielle Miranda Pereira	9-12-74
Erika Rodrigues Souto Keller	5-3-87
Juliano Agostinho Toro	31-10-75
Marcia de Moraes Cotrin	31-7-68
Guilherme Reges Duarte Araujo	18-08-89
Edson Bonfim França	12-12-75
Marcelo Peres Lopes	13-4-67
Adriano Salles de Albuquerque	5-9-72
Adriane Bahls Schemberger	22-10-70
Andressa Albuquerque Santamarinha	31-5-71
João Fernandes Oliveira	23-06-70

8 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 5285/2008**

Nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º, ambos da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 14.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 17.º do Decreto Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, é nomeado o licenciado Paulo Manuel Sales Moimenta de Carvalho, Administrador Prisional de 4.º grau, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral dos Serviços Prisionais, considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como evidencia a súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 11 de Fevereiro de 2008.

11 de Fevereiro de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

1 — Dados pessoais

Nome — Paulo Manuel Sales Moimenta De Carvalho Naturalidade — Mirandela

Data de nascimento — 1966/01/01

Estado civil — casado

2 — Habilitações académicas

Licenciatura em Direito pela faculdade de Direito — Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, concluído em 1990 com a média final de 14 valores.

Pós-Graduação em “Direito da Comunicação” pelo Instituto Jurídico da Comunicação da aculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluído em 1994, com a média final de 13 valores.

3 — Situação profissional actual

Administrador Prisional de 4.º Grau do quadro de pessoal da DGSP, designado Director de Estabelecimento Prisional Central, exercendo essas funções no Estabelecimento Prisional do Porto desde 01/06/2004.

4 — Actividade profissional

Em 8 de Maio de 1992 ingressou no Instituto de Reinserção Social Como Técnico Superior de Reinserção Social na Equipa do IRS do Circulo Judicial de Guimarães, tendo transitado em 2 de Novembro de 1995 para o Núcleo de Extensão para a Divisão de Coordenação e Apoio Técnico.

Em 1 de Maio de 1996 foi transferido para DGSP, tendo sido designado Adjunto da Direcção do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira a partir de 16/05/1996.

Em 16/07/1998 foi nomeado Director Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus funções que ocupou até 13/10/2000, data em que foi nomeado Director do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

onde se manteve até 30/05/2004, data em que transitou para o Estabelecimento Prisional do Porto.

5 — Nomeações e representações

Por despacho de Sua Exa. o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, foi nomeado, em 16/01/2001, para integrar a Comissão para escolha da assessoria jurídico-financeira para o IGFPJ no âmbito do programa das Parcerias Público Privadas para o sistema prisional

Por designação do Director Geral dos Serviços Prisionais, integrou o Conselho de Coordenação de Avaliação da DGSP na Avaliação de desempenho de 2004 / 2005.

Representa a DGSP no Conselho Coordenador Distrital de Segurança — Governo Civil do Porto.

Coordenador da Zona de Segurança Prisional n.º 1 da DGSP

6 — Actividades de formação

Formador Interno do Centro de Estudos e Formação Penitenciária / DGSP nas áreas da Execução das Medidas Privativas de Liberdade e do Direito Penitenciário

Formador Externo no Programa PIR PALOP no âmbito da Cooperação “CE — PALOP”, nas áreas da Organização Penitenciária e Direitos Fundamentais

Despacho n.º 5286/2008

Nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º, ambos da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 14.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 17.º do Decreto Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, é nomeado o licenciado José Ricardo Marques da Silva Nunes, assessor principal, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral dos Serviços Prisionais, considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como evidencia a súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 11 de Fevereiro de 2008.

11 de Fevereiro de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

José Ricardo Marques da Silva Nunes, 43 anos, casado, natural de S. Domingos de Benfica, Lisboa e residente em Caldas da Rainha.

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Direito; Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987. Mestrado em Cultura e Literatura Portuguesas — Época Contemporânea; Universidade Nova de Lisboa, 1995.

Experiência Profissional:

Em 04.04.1989, foi admitido no Instituto de Reinserção Social como Técnico Superior da carreira de reinserção social.

Em 30.07.1996, foi nomeado chefe da Divisão de Coordenação e Apoio Técnico do Núcleo de Extensão das Caldas da Rainha e, em 06.07.1999, foi nomeado director do Departamento de Coordenação e Apoio Técnico da Delegação Regional de Lisboa, em regime de substituição.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2001 (2.ª série), de 15.03.2001, foi nomeado Encarregado da Missão para o Sistema de Monitorização Electrónica de Arguidos.

Com efeitos a 07.11.2002, foi nomeado Vice-Presidente do Instituto de Reinserção Social, com competências delegadas referentes à actividade das Equipas e à Vigilância Electrónica e correspondentes departamentos dos serviços centrais.

Ao longo da sua carreira profissional no Instituto de Reinserção Social, foi formador em diversas acções de formação interna e dirigidas a Magistrados e Advogados. Apresentou comunicações sobre temas relacionados com a justiça penal e de menores em Congressos, Colóquios e Reuniões. Participou em Grupos de Trabalho sobre temáticas relativas à intervenção do Instituto de Reinserção Social e na concepção de programas dirigidos a grupos específicos de delinquentes (crimes contra o património, delitos estradais).

Participou em Seminários e reuniões da CEP-Conferência Europeia de Prova (Edimburgo, 1996; Lugano, 2004; Barcelona, 2005) e no Congresso Probation 2000 (Londres, 2000), sobre justiça penal e de menores, bem como em encontros internacionais sobre Vigilância Electrónica organizados pela CEP (Holanda, 2001 e 2005) e pelo Max Planck Institut (Alemanha, 2002). Representante do Ministério da Justiça na Rede Europeia de Prevenção Criminal, desde 2002.

Foi responsável pela implementação do Programa Experimental de Vigilância Electrónica, iniciado em 01.01.2002, e pelos trabalhos conducentes ao alargamento do Programa de Vigilância Electrónica a todo o território nacional, concretizado a partir de 01.03.2005.

Participou nos trabalhos da CEDERSP — Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional (2003/04) e nos Grupos de Trabalho que prepararam Anteprojectos das Leis de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e do Tribunal de Execução de Penas. Representou o Instituto de Reinserção Social no Conselho Consultivo da Unidade de Missão para a Reforma do Sistema Penal (2005/06).